

ACM e Pertence trocam farpas por causa de CPI

As relações do Judiciário com o Legislativo chegaram ontem ao limite do desgaste com os presidentes dos dois Poderes transformando suas tribunas em linha de fogo. Ao defender o ministro Carlos Velloso, criticado por manter liminar garantindo o sigilo telefônico do ex-funcionário da Prefeitura de São Paulo Pedro Neiva Filho, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence, colidiu com o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). "Haverá sempre os nostálgicos dos tempos idos", disse, numa referência aos períodos ditatoriais, em que os poderosos conseguiam vencer a Justiça. "Desde a queda do Estado Novo, o ato de nenhuma autoridade está imune ao habeas-corpus ou ao mandado de segurança."

Minutos depois, ACM responderia, na abertura da sessão do Senado, que Pertence deveria estar se referindo a alguns de seus colegas de Tribunal ao fazer a comparação com os tempos da ditadura. "Aqui todos foram eleitos livremente pelo povo brasileiro em regime pós-ditadura, mas entre eles (os ministros do STF) certamente têm muitos nomeados por presidentes que foram afastados por eles mesmo do cargo de presidente da República".

Magalhães declarou ainda que ninguém mais do que ele foi formado na atividade estudantil, que considera o melhor "cadinho" para a formação política. "Mas não posso, como presidente do Congresso, nem o presidente Fernando Henrique, como Presidente da República, nem muito menos o presidente Sepúlveda Pertence, continuar como presidente da UNE na Presidência do Supremo Tribunal". Pertence foi vice-presi-

dente da União Nacional dos Estudantes entre 1959/1960.

Crítica - Segundo ACM, todos têm que assumir suas responsabilidades, "sobretudo o Supremo, que deve julgar nos autos, e não ficar debatendo com os demais Poderes da República". O senador insistiu na crítica à interpretação dada pelo ministro Velloso ao pedido de quebra de sigilo telefônico de Neiva feito pela CPI dos Títulos Públicos.

Para o senador, se o STF não concordar com uma lei tem os mecanismos legais para dialogar com o Congresso e, se for o caso, fazer um novo procedimento pelo Legislativo. "Entretanto, usurpar atribuições do Congresso Nacional nem o Executivo nem o Judiciário podem; pelo menos eu não permitirei enquanto for presidente do Congresso, e tenho dado provas disso no pouco tempo que aqui me encontro." Os senadores José Serra (PSDB-SP) e Fernando Bezerra (PMDB-RN) solidarizaram-se publicamente com Magalhães.

Pertence destacou os limites legais que uma CPI pode enfrentar, se ofender os direitos dos outros e lembrou diversos pedidos de habeas-corpus e mandados de segurança julgados assim. "Muitos são indeferidos, outros concedidos", disse. Essa prerrogativa do STF, acrescentou, se aplica contra atos de qualquer autoridade, sem importar a sua hierarquia, o Poder a que pertence e quantos votos teve. "Ao que consta, desde Napoleão a ninguém mais ocorrerá proibir o juiz de interpretar as leis."

Responsabilidades - O presidente do STF fez questão de assumir pessoalmente a responsabilidade pelas suas declarações, feitas durante a abertura dos trabalhos do

STF. Insistindo na defesa da liberdade do Judiciário, o ministro disse que mesmo a vontade da maioria é limitada pelas regras do jogo. "Principalmente aquelas que a Constituição impôs para conter, em favor das liberdades, o poder das maiorias políticas mesmo." De acordo com ele, "ao Judiciário não cabe exercer o poder legítimo das maiorias; mas cabe impor o respeito às normas e princípios do regime".

A solidariedade a Pertence chegou em nota assinada pelo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Paulo Medina. Nela a entidade afirma que "a magistratura não se intimida pela frustração de muitos democratas de agora ao saudosismo dos períodos ditatoriais". Atribui também ao presidente do Senado uma visão "localizada e míope" por não enxergar a independência do STF. "O julgamento de juiz decorre de ato de sua consciência, que não se submete ao interesse de outrem ou de qualquer Poder", acrescenta.

No Senado, Antônio Carlos Magalhães disse que havia feito as críticas por temer que se tente diminuir as atividades do Congresso, sobretudo no poder de fiscalização. "Fiz declarações jamais ofensivas ou que causassem qualquer confronto, pois não é do meu desejo confrontar com qualquer Poder da República, mas é da minha obrigação defender o Poder que presido". O senador disse que foi, talvez, um alerta para que nem o STF nem o Executivo insistam em "usurpar atividades" que são próprias do Legislativo. No final, o senador assumiu um tom conciliador: "É hora de nos darmos as mãos para os acertos definitivos entre os Poderes"